



RELISE

DO PODER DESMISTIFICADOR DA NARRATIVA BIOGRÁFICA: O EMPREENDEDORISMO FEMININO PARA LÁ DA RETÓRICA¹

Cláudia Nogueira²

RESUMO

A prática comum de análise qualitativa de dados – baseada num trabalho comparado de entrevistas – tende a produzir uma desintegração das narrativas, conduzindo, não raras vezes, a um obscurecimento da riqueza interpretativa inerente à biografia individual. Com a dissolução dessa singularidade, acaba por se perder a oportunidade de captar elementos explicativos diferenciadores, passíveis de nos conduzir a um nível superior de entendimento dos fenómenos sociais. É neste sentido que o presente artigo – respeitante à realidade portuguesa – toma por objetivo a análise do potencial emancipatório do empreendedorismo feminino à luz de uma narrativa biográfica: a narrativa de Noémia, uma mulher que “ousa” tornar-se empresária, adentrando-se numa atividade tradicionalmente tida como masculina. Mergulhar na totalidade da narrativa de Noémia permite-nos compreender de forma ampla e profunda o significado e a racionalidade inerentes à sua ação empreendedora, indo além daquilo que, superficialmente, pode parecer irracional ou paradoxal. Conduz-nos, ademais, à desmistificação de uma certa visão linear e retórica que tende a reconhecer no empreendedorismo um veículo virtuoso de emancipação feminina e no Estado Social o seu grande promotor. Não se negando esse potencial, conclui-se, no entanto, que a construção da emancipação feminina por essa via se encontra profundamente condicionada por uma estrutura social ainda muito marcada pelas desigualdades de género, assim como pela debilidade e ineficácia dos programas estatais que incentivam esse processo emancipatório.

Palavras-chave: empreendedorismo feminino, desigualdades de género, narrativa biográfica, análise qualitativa de dados.

ABSTRACT

The common practice of qualitative analysis - based on comparative interviews - tends to produce a disintegration of the narratives, often leading to an

¹ Recebido em 18/02/2019.

² Universidade de Coimbra. claudia@ces.uc.pt

Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo, v. 4, Edição Especial: Facetas do Empreendedorismo, p.5-37, set, 2019

ISSN: 2448-2889



RELISE

6

obscuring of the interpretive richness inherent in the individual biography. With the dissolution of this singularity, the opportunity to capture differentiating explanatory elements, capable of leading us to a higher level of understanding of social phenomena, is often lost. It is in this sense that the present article - concerning the Portuguese reality - proposes to analyze the emancipatory potential of female entrepreneurship in the light of the biographical narrative of Noémia, a woman who "dares" to become a businesswoman, entering into an activity traditionally seen as masculine. Dive into the whole of Noémia's narrative allows us to comprehend in a wide and deep way the meaning and rationality inherent in his entrepreneurial action, going beyond what can superficially be understood as irrational or paradoxical. It leads us, in addition, to the demystification of a certain linear and rhetorical vision that, increasingly, tends to recognize in entrepreneurship a virtuous vehicle of feminine emancipation and in the Social State its great promoter. Not denying this potential, it is concluded, however, that the construction of female emancipation in this way is deeply conditioned by a social structure still quite marked by gender inequalities, as well as by the weakness and inefficacy of state programs that encourage this emancipatory process.

Keywords: female entrepreneurship, gender inequalities, biographical narrative, qualitative analysis of data.

INTRODUÇÃO

O conceito de empreendedorismo está em voga, fazendo-se presente em discursos de toda a ordem, desde os mais correntes, com origem na/o cidadã/o comum, passando pelos jornalísticos, académicos e políticos. Em todas as esferas e setores da sociedade o conceito ecoa, qual elixir que se deve propagar a bem da prosperidade individual e coletiva. Envolto numa aura tão prodigiosa, o conceito não tardou a ser adotado pelas políticas dos Estados Sociais, revestindo-se assim, nos últimos tempos, de um novo significado: instrumento de emancipação social. Em Portugal, esta apropriação é operada no contexto de transição de paradigma das políticas sociais, com a passagem de um modelo passivo para um modelo ativo, baseado numa maior responsabilização da pessoa pela superação da sua condição de exclusão social (HESPANHA; CALEIRAS, 2017; HESPANHA; MATOS, 2000). Neste



RELISE

7

sentido, através de apoios institucionais diversos, incentivam-se homens e mulheres em situação de vulnerabilidade social a tornarem-se empreendedores/as, criando os seus próprios postos de trabalho.

Em larga medida, é a par da emergência do empreendedorismo enquanto instrumento de emancipação social que se dá a emergência do conceito de empreendedorismo feminino. Muito contribuiu, a este nível, a disseminação da experiência do Microcrédito (NOGUEIRA, 2012), fundada e desenvolvida por Yunus (2001) no Bangladesh, a partir dos anos 70 do século XX. Dirigido especialmente às mulheres, o microcrédito de Yunus não só conseguiu retirar milhares de famílias da pobreza, como veio a inspirar, um pouco por todo o mundo, políticas de incentivo ao empreendedorismo feminino, proporcionando-lhe assim maior visibilidade quer ao nível social, quer ao nível científico. Em Portugal, todavia, esta visibilidade é ainda muito exígua. Reflexo da entrada tardia das mulheres no mercado de trabalho e da sua relativa invisibilidade na esfera empresarial, o empreendedorismo feminino só muito recentemente se tornou objeto das ciências sociais, configurando uma realidade sobre a qual ainda persiste grande desconhecimento e incompreensão.

Estudar o empreendedorismo feminino é tanto mais urgente quanto se atenda à realidade social das mulheres em todo o mundo e, no caso específico, à realidade das mulheres em Portugal: uma realidade repleta de vulnerabilidades e paradoxos (FERREIRA, 1999; CASACA, & PERISTA, 2017; COELHO, 2004; PORTUGAL, 2008; NOGUEIRA, 2010; 2013). Com efeito, as elevadas taxas de atividade feminina que aproximam Portugal dos países mais desenvolvidos da Europa, longe de traduzirem uma igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, encerram profundas discriminações. São muitos os sintomas de segregação laboral feminina, designadamente o facto de as mulheres continuarem a deter taxas de participação no mercado de



RELISE

8

trabalho inferiores às dos homens, a deter salários mais baixos, a sofrer mais o desemprego e a precariedade laboral, a ocupar os postos de trabalho menos qualificados e a concentrar-se num leque limitado de ocupações. Por outro lado, como sustenta Sílvia Portugal (2008), o que torna a realidade portuguesa inédita são as características em torno desse trabalho e das mulheres que o desempenham: “trabalho a tempo inteiro, de mulheres casadas e com filhos em idade pré-escolar, trabalho esse desenvolvido num contexto de grande debilidade dos apoios estatais” (PORTUGAL, 2008, p. 131).

Se cruzarmos a realidade social das mulheres portuguesas, acima exposta, com os recorrentes contextos de crise económica/financeira, então, o enfoque no empreendedorismo feminino ainda se torna mais premente. E isto não apenas pelo expectável aprofundamento da vulnerabilidade feminina, mas também, e em decorrência desse aprofundamento, pela perigosa facilidade com que elas poderão ceder à retórica que os contextos de crise tendem a reforçar em torno dos benefícios do empreendedorismo, transformando-o numa espécie de panaceia que resolverá os graves problemas decorrentes do desemprego (LOPES, 2012; NOGUEIRA, 2013). Se as mulheres portuguesas estão suscetíveis a uma elevada vulnerabilidade quando na situação de trabalhadoras por conta de outrem, importa questionar o que esperar quando na situação de trabalhadoras por conta própria, ou seja, quando situadas numa esfera já de si marcada pela suscetibilidade à vulnerabilidade (mesmo para os homens) e onde os efeitos das crises se fazem sentir de modo particularmente vincado, traduzindo-se em dificuldades acrescidas de sobrevivência (PORTELA *et al.*, 2008).

Motivada por este conjunto de preocupações, assumo, no âmbito do presente artigo, o desiderato de contribuir para o desocultar da realidade do empreendedorismo feminino, procurando, em última análise, refletir sobre o seu potencial emancipatório. Com vista à realização desse objetivo, dá-se voz



RELISE

9

a Noémia (nome fictício para salvaguarda da identidade), uma mulher que “ousa”, em determinado momento da sua trajetória, tornar-se empreendedora, vislumbrando nessa via uma alternativa à crise que identifica na sua vida. O foco numa única narrativa não é algo comum no âmbito de artigos científicos, no entanto, para o fim específico a que me proponho, tal revela-se uma opção de grande virtuosidade analítica, quando em comparação com a tradicional prática de cruzamento de entrevistas.

Com efeito, a prática comum de análise qualitativa, realizada através da análise comparada de entrevistas, tende a produzir uma desintegração das narrativas, refletida, com frequência, no obscurecimento da riqueza e da singularidade que caracterizam uma biografia individual. Com a dissolução da singularidade biográfica, acaba por se perder, muitas vezes, a oportunidade de captar elementos explicativos diferenciadores, os quais, apesar de dizerem respeito a um indivíduo em particular, se inscrevem num contexto coletivo amplo, traduzindo dimensões diversas da realidade social. O trabalho de focalização numa única narrativa passa, pois, por reconhecer o valor do “eu individual” enquanto expressão do “eu social”. Por outras palavras, trata-se de reconhecer que através da narrativa individual é possível aceder às experiências e saberes “com valor de universalidade sociológica que os sujeitos individuais detêm” (BERTAUX, 1976 *apud* GIUST, 2005, p. 264).

Enquadrada numa pesquisa que adiante se descreverá, a narrativa biográfica de Noémia reúne de forma particularmente rica conteúdos propícios ao questionamento da visão romantizada em torno do empreendedorismo. Atrai-me na história de Noémia a particularidade de a condição feminina se fazer sentir na sua biografia desde muito cedo e de uma forma muito ostensiva, mais do que em qualquer outro dos casos que me foi dada a oportunidade de estudar. A circulação de Noémia pelos diversos lugares da vida como que é marcada por uma aparente linha de inamovibilidade que a faz recapitular,



RELISE

10

continuamente, a experiência de habitar um corpo feminino. “Parece *karma*”, assinala em determinado momento da sua narrativa. Seja ou não *karmica*, certo é que esta experiência como que é levada ao seu expoente máximo quando é “empurrada” para o empreendedorismo e se “atreve” – como ela própria diz – numa área empresarial tradicionalmente masculina.

Noémia não está mais entre nós. Este artigo representa, pois, além de tudo o mais, uma sentida homenagem póstuma à sua vida. Foi em 2007 que a conheci e a entrevistei. Contingências várias levaram a que perdesse o seu contacto e só recentemente chegaram até mim notícias sobre o seu súbito falecimento. É Rita (nome fictício), sua filha, quem me dá a notícia. Noémia partira em 2012, cerca de cinco anos após a ter conhecido. Rita dá-me ainda a conhecer a continuidade da sua história. Como um puzzle que se completa, fico então a conhecer o desfecho da história que para mim ficara em aberto. Conhecido esse final de ciclo da vida de Noémia – sobre o qual, sinteticamente, darei conta na última nota de rodapé do artigo – agiganta-se a vontade de visibilizar a sua história por nela identificar um enorme potencial contributivo ao nível da compreensão sociológica do fenómeno do empreendedorismo feminino.

O presente artigo centra-se, pois, na biografia de Noémia. Antes de se avançar para a sua narrativa, consagra-se espaço a breves notas sobre o conceito de empreendedorismo enquanto conceito *genderizado* que é; logo a seguir, ao enquadramento e contornos da pesquisa qualitativa na qual a narrativa de Noémia se insere.

LUGARES DE EMPREENDEDORISMO: BREVES NOTAS SOBRE UM CONCEITO IMBUÍDO DE PARADOXOS E ESTEREÓTIPOS

Empreendedorismo feminino. O termo, por si só, denuncia a sua subalternidade. Não se fala em empreendedorismo masculino. Acriticamente,



RELISE

11

não se sente essa necessidade. Como que não faz sentido evocar aquilo que é tido como intrínseco, imanente. Empreendedorismo, em si mesmo, tacitamente, designa o empreendedorismo que se entende ser o hegemónico: o protagonizado pelos homens. Fala-se de empreendedorismo feminino da mesma forma que se fala de empreendedorismo imigrante ou de empreendedorismo das minorias étnicas, ou seja, com um enfoque sobre a exclusão ou marginalização social atribuída a estes grupos.

O lugar de exceção do conceito de empreendedorismo feminino explica-se, em larga medida, pelas conhecidas condições de vulnerabilidade social das mulheres relativamente aos homens, em particular ao nível da esfera laboral. Realce-se a tradicional invisibilidade social das mulheres no tecido empresarial, que consubstancia uma realidade a nível global. Com efeito, segundo a Global Entrepreneurship Monitor (2017), apesar do progressivo crescimento verificado nas últimas décadas, as mulheres continuam, mundialmente, a deter um peso estaticamente muito reduzido na atividade empresarial, quando comparadas com os homens. Como seria de esperar, é esta também uma realidade assinalada em Portugal, conforme dão conta os resultados dos últimos Censos realizados à população portuguesa, em 2011, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). De facto, de acordo com estas estatísticas, as mulheres continuam a estar em minoria no que respeita ao domínio empresarial, representando apenas 35,3% do universo da população empregadora (empresárias/os com um ou mais empregadas/os ao serviço) (INE, 2013, p. 7). Outro dado sinalizador das desiguais condições entre homens e mulheres no acesso ao empreendedorismo em Portugal é a conclusão apurada pelo INE a respeito da percentagem de mulheres representadas nos Conselhos de Administração das 20 maiores empresas cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa. Em 2011, esse valor era de apenas



RELISE

12

6%, ou seja, “muito aquém do cumprimento da meta de 40% proposta pela Comissão Europeia, para 2020 (INE, 2013, p. 2).

A subrepresentação das mulheres nas estatísticas oficiais relativas à atividade empresarial em Portugal oculta, porém, uma realidade bem mais intrincada e complexa do que aquela que é passível de averiguar à luz das simplistas inquirições por questionários. Isto mesmo é concluído por Guerreiro (1996) no âmbito de um estudo que não sendo recente continua a constituir-se como uma referência nas ciências sociais portuguesas³. Com efeito, no âmbito de uma pesquisa sobre as famílias no tecido empresarial português, Guerreiro (1996) depara-se com duas versões distintas da mesma realidade. Uma das versões é dada pelas estatísticas oficiais e pelos discursos dos empresários a respeito das mulheres da sua família. Quer as estatísticas, quer esses discursos apontam para a falta de protagonismo das mulheres nas empresas. Outra versão diz respeito à realidade que é percebida, no âmbito do trabalho empírico, através da observação prolongada dessas empresas. Pela suspeita de uma “presença feminina escondida”, mas de grande importância, Guerreiro realiza um conjunto de entrevistas com essas mulheres de forma a averiguar a sua efetiva participação no universo empresarial. Daí conclui que grande parte dessas mulheres tem, de facto, uma participação ativa, com a particularidade de se tratar de uma participação não formalmente diretiva. Por outras palavras, estas mulheres participam ativamente na atividade empresarial, mas com estatutos e poderes muito inferiores aos dos homens. A invisibilidade decorre, portanto, de um processo de invisibilização social.

³ De facto, mesmo não sendo recente, este estudo (GUERREIRO, 1996) continua a constituir-se como uma referência ao nível das ciências sociais em Portugal em razão da importância dos seus resultados – considerados inéditos – e da escassez de pesquisas mais recentes nesta mesma área, direccionadas especificamente para a articulação da temática do empreendedorismo com a divisão sexual do trabalho/gestão no seio das famílias.

Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo, v. 4, Edição Especial: Facetas do Empreendedorismo, p.5-37, set, 2019

ISSN: 2448-2889



RELISE

13

Estudar o empreendedorismo protagonizado por mulheres requer, pois, que se atenda a esta construção social da definição de papéis e estatutos entre ambos os sexos, evitando, assim, que se reproduzam estereótipos e preconceitos muito comuns neste domínio. Bruni *et al.* (2005) sublinham, precisamente, que muitos dos estudos realizados sobre a temática do empreendedorismo feminino têm-se caracterizado pela reprodução da masculinidade tradicionalmente inscrita no conceito genérico de empreendedorismo. Ao serem estudadas por referência a um conceito imbuído de significados que enfatizam qualidades tidas, socialmente, como masculinas — capacidade de gestão e de liderança, orientação estratégica de longo prazo, racionalidade, propensão para o risco, etc. —, as iniciativas empresariais femininas tendem a ser consideradas como fenómenos subalternos, quando comparadas com as iniciativas masculinas (AHL, 2006).

Um dos estereótipos mais comuns é o de que as mulheres têm uma menor capacidade para gerir empresas do que os homens (PORTELA *et al.*, 2008). Este estereótipo alicerça-se numa leitura superficial e acrítica das estatísticas da atividade feminina, nas quais as mulheres, apesar do aumento das suas qualificações, continuam a apresentar taxas muito reduzidas na ocupação de posições de topo (DAVIDSON; BURKE, 2004). É esta uma situação que se percebe tanto mais paradoxal quanto se atente no facto de as mulheres, historicamente, e a um nível global, se constituírem como as gestoras por excelência do espaço familiar e doméstico, onde se desdobram em múltiplos papéis, conciliados, nos tempos mais recentes, com atividades profissionais remuneradas (RAJANI; SARADA, 2008).

Os estereótipos de género associados ao empreendedorismo são particularmente perniciosos quando se refletem em práticas discriminatórias, designadamente num desigual acesso a condições e recursos para empreender (PORTELA *et al.*, 2008). Com efeito, como regista Ferreira (2007



RELISE

14

apud NOGUEIRA, 2009, p. 41), sabe-se que a probabilidade de encontrar empreendimentos com as características classicamente atribuídas à noção de empreendedorismo — inovação, mudança, criação de valor, agilidade na gestão e a assunção do risco — aumenta com a sua dimensão e sabe-se, igualmente, que são sobretudo os empreendimentos de menor dimensão que assinalam maiores taxas de feminização.

DA VIRTUOSIDADE DA ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE: ENQUADRAMENTO E CONTORNOS DE UMA PESQUISA

O despertar do meu interesse pela temática do empreendedorismo feminino ocorre aquando da minha participação no *Estudo de Avaliação Prospetiva do Microempreendedorismo em Portugal*⁴ (EAPMP), entre os anos de 2006 e 2007. No âmbito desse estudo, e em linha com outros trabalhos científicos (ARAI, 2000; BRUNI *et al.*, 2005; DAVIES-NETZLEY, 2000; LINDO *et al.*, 2007; PATTERSON; MAVIN, 2009), verificámos que as mulheres, comparativamente aos homens, são menos livres na sua opção pelo empreendedorismo, protagonizando mais frequentemente o chamado *empreendedorismo de necessidade*, em contraposição aos homens, que mais frequentemente protagonizam o chamado *empreendedorismo de oportunidade*. Em virtude da circunscrição dos objetivos da investigação, não foi dada a Portela *et al.* (*ibidem*) a possibilidade de analisar aprofundadamente essa desfavorável condição feminina. Entendendo a pertinência desse aprofundamento, decidi dar continuidade a esta problemática, traduzindo-a em Dissertação de Mestrado (NOGUEIRA, 2009). Neste sentido, propus-me

⁴ Estudo financiado pelo Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, desenvolvido entre 2006 e 2007, sob a direção científica do Centro de Estudos Sociais (CES) e do Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD, com a coordenação geral de José Portela (CETRAD). Este estudo resultou na obra *Microempreendedorismo em Portugal: experiências e perspetivas* (PORTELA *et al.*, 2008).

Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo, v. 4, Edição Especial: Facetas do Empreendedorismo, p.5-37, set, 2019

ISSN: 2448-2889



RELISE

15

recuperar algumas das entrevistas realizadas com mulheres no âmbito do EAPMP, objetivando a sua análise sob o ponto de vista do potencial emancipatório do empreendedorismo feminino mediante dois conceitos-chave – operacionalmente diferenciados –, o conceito de independência e o conceito de autonomia⁵. Tratou-se de um itinerário de pesquisa incomum já que a perscrutação da realidade não se fez mediante a realização de novas entrevistas orientadas para a verificação de hipóteses previamente formuladas. O que se fez foi voltar a esse material empírico para o tratar de forma distinta, sob uma nova ótica de perscrutação, descolada dos objetivos gerais que lhe haviam servido de móbil. Decorreu esta possibilidade metodológica da virtuosidade da *entrevista em profundidade* (*in-depth interview*).

Afigurando-se como instrumento por excelência no desocultar da realidade social, a *entrevista em profundidade* corresponde, por assim dizer, ao “caminho do meio” das técnicas qualitativas de recolha de dados. Esta técnica não obedece a um guião rigidamente direcionado, todavia, não é completamente a-estruturada, implicando um grau mínimo de diretividade que permite a obtenção de respostas a questões específicas, sem se perder de vista a construção das biografias individuais (EDWARDS; HOLLAND, 2013; HESSE-BIBER; LEAVY, 2006; PORTUGAL, 2006). Ao conferir um elevado

⁵ Trata-se de dois conceitos que tendem a ser confundidos, mas que, na verdade, segundo Chaland (2001), correspondem a genealogias filosóficas bem distintas. “Autonomia” corresponde a uma dimensão mais subjetiva, remetendo-nos para a capacidade de um indivíduo construir ou determinar as regras da sua própria vida; “independência” corresponde a uma dimensão mais objetiva, remetendo-nos para a autossubsistência material do indivíduo. Idealmente, os indivíduos devem ser simultaneamente autónomos e independentes, no entanto, nem sempre estas duas dimensões coexistem – para aceder a uma explicação pormenorizada sobre esta tese, ver Chaland (2001: 36-39). Compreendendo a diferenciação entre independência e autonomia, apercebi-me da utilidade de ambos os conceitos enquanto dimensões de análise do potencial emancipatório do empreendedorismo feminino, em razão de permitirem complexificar a análise e evitar a armadilha (muito comum) de a reduzir ao domínio da subsistência e sucesso material dos projetos empresariais. Propus-me assim, no âmbito do meu mestrado, analisar em que medida a associação ou dissociação destas dimensões ocorre nos casos das mulheres em estudo, escrutinando quer as variáveis constrangedoras, quer as variáveis potenciadoras implicadas nesse processo de construção (NOGUEIRA, 2009).



RELISE

16

grau de liberdade nas respostas, a *entrevista em profundidade* faz emergir narrativas densas e exuberantes de conteúdo, permitindo aceder tanto a um universo mais factual, como a um universo mais subjetivo da realidade.

Beneficiando, pois, das potencialidades da *entrevista em profundidade*, o EAPMP logrou ir muito além do conjunto específico de objetivos inicialmente estabelecidos, que passava, grosso modo, por conhecer o perfil social dos homens e mulheres empreendedores/as, bem como as biografias das suas empresas. Significativamente, a emersão desta riqueza de conteúdo verificou-se de modo mais cintilante entre as mulheres entrevistadas. Foram elas que imprimiram maior dinamismo, diversidade e profundidade às narrativas, recorrendo com maior frequência a elementos das suas biografias situados para lá das suas experiências enquanto empresárias. Com efeito, já ao nível da minha dissertação de Mestrado, foi-me dado perceber que um complexo entrelaçamento entre espaços e tempos – muito em particular entre o espaço/tempo da família e o espaço/tempo da empresa – se constitui como uma característica dominante e diferenciadora do empreendedorismo feminino, altamente condicionadora do seu potencial emancipatório.

O objetivo a que me proponho, no âmbito do presente artigo, não é, todavia, o de dar conta da totalidade da análise realizada a partir da releitura das referidas entrevistas. O desafio que aqui se define consiste em dar relevo a apenas uma dessas entrevistas, colocando em evidência o enorme poder heurístico da narrativa biográfica (DELORY-MOMBERGER, 2009) no desocultar do fenómeno do empreendedorismo, muito em particular ao nível da atual retórica política e social que o veicula como veículo virtuoso de emancipação feminina.

Atente-se, pois, na elucidativa história de Noémia, a *patroa jardineira* – como ela própria, em tom de ironia, se autointitula em vários momentos da entrevista.



RELISE

17

BIOGRAFANDO NOÉMIA, A PATROA JARDINEIRA – IN MEMORIAM

Noémia começa por enunciar os dados mais sintéticos da sua biografia⁶: tem 39 anos, completou o 6º ano de escolaridade⁷, encontra-se divorciada e tem uma filha, com 21 anos. Não faz muito tempo, a filha saiu de casa para viver sozinha: “quis ser independente, como a mãe”. Tem em funcionamento, desde 2004, uma empresa registada com duas atividades distintas: serviços de limpezas industriais e serviços de jardinagem. Não tem empregados permanentes, no entanto, ocasionalmente, convoca pessoas amigas para a auxiliarem nos serviços. Pedindo-lhe para descrever sinteticamente as suas atividades, elucida: “na jardinagem, faço a execução e manutenção de jardins; em limpezas industriais limpo finais de obras, condomínios, o que aparecer”.

Recuemos na história de Noémia até bem antes da idade adulta, tal como ela o faz, espontaneamente, em momentos distintos da sua narrativa. Nesses momentos de regresso ao passado, parece-me, invariavelmente, uma mulher diferente da mulher firme e resoluta que descubro no presente. Um conjunto de sinais não-verbais — olhar subitamente declinado, postura mais contraída, tom de voz mais frágil — chamam-me a atenção para o contraste, uma certa duplicidade a que me vou habituando no decorrer da entrevista. É quando fala do contexto familiar de origem que a dissensão se manifesta. Noémia afigurasse-me, nestas ocasiões, uma mulher entristecida.

Entre nove irmãos, Noémia é a última a nascer. Aquando do seu nascimento, ela e a sua mãe são as únicas representantes do sexo feminino num agregado familiar composto por onze pessoas. Nesta data, a mãe é doméstica, condição que mantém toda a vida. O pai é trabalhador

⁶ Tal como enunciado na introdução do presente artigo, a narrativa biográfica de Noémia foi recolhida no ano de 2007.

⁷ O 6º ano de escolaridade é equivalente, no Brasil, à 6ª série do 1º Grau.

Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo, v. 4, Edição Especial: Facetas do Empreendedorismo, p.5-37, set, 2019

ISSN: 2448-2889



RELISE

18

independente, ora na agricultura, ora na construção civil. Sendo rentável, a pluriatividade do pai permite-lhes uma vida desprovida de quaisquer embaraços de ordem material. É neste contexto familiar, marcadamente masculino, que Noémia conhece a experiência da discriminação. Ao remeter-se para este período particular a palavra que utiliza é exclusão. Ser uma mulher entre tantos homens valeu-lhe, entre outras experiências, a exclusão da escola aos 12 anos.

Eu não estudei não foi por não querer, foi porque não me deixaram. Esta coisa de ser mulher, já foi desde que nasci... Eu fui excluída da família. Eu fui a última a nascer e era uma menina. Os meus irmãos não estudaram porque não quiseram, mas eu não estudei porque era menina e tinha que ficar em casa.

À questão do género aliava-se a questão da distância geracional. Era a sua vida comandada por uma “maneira de ser do antigamente”, que a impedia de se sentir afetivamente ligada à família e que precipitou o seu casamento aos 16 anos de idade.

O meu irmão mais velho tem sessenta e tal anos. Lembro-me de a minha mãe me obrigar a tratar uma cunhada por senhora. Eu sempre fui a pequena posta de lado. Só podia fazer o que me autorizavam, tanto mãe, como pai, como irmãos. Casei aos 16 anos, mas não fui eu que quis casar, foi a minha mãe porque era aquela coisa de antigamente: ‘Não pode namorar muito tempo, que fica falada’...

Casa-se e dois anos depois nasce a sua filha. Liberta do jugo direto da família, não tarda a descobrir outra forma de subjugação: o alcoolismo do marido. Serão necessários mais dois anos para que se decida pela separação.

Estive casada durante seis anos e depois separei-me, porque casei com um marido alcoólico. Tinha a minha filha quatro anos. Separei-me sobretudo por causa da minha filha, porque ela não tinha que estar a ver bebedeiras e chatices todos os dias. Queria a felicidade dela. E eu também não queria aquilo para a minha vida...

O afastamento da família de origem, sequente ao casamento, não implica uma mudança na forma de com ela se relacionar. Mãe, pai e irmãos condenam a separação. Noémia, todavia, prossegue a própria vontade.



RELISE

19

Suportando a sua subsistência e a da filha, sente-se liberta para construir o seu próprio caminho. Tem esta liberdade um custo: ao mesmo tempo que se ampliam os horizontes da sua individualidade, vê aprofundada a barreira que a separa da família: “Não queriam que me separasse, mas já tinha o meu emprego, sustentava-me a mim e à minha filha, segui a minha vida e, é claro, fiquei ainda mais afastada deles”.

Percebendo que qualquer vínculo de dependência poderia comprometer a sua frágil “maioridade”, procura evitar, daí em diante, o recurso à família, mesmo em fases de maiores dificuldades, decorrentes da instabilidade laboral que, entretanto, enfrenta: “houve momentos de grandes dificuldades, por exemplo quando saí da fábrica, mas procurei sempre desenrascar-me sozinha”.

É precisamente na trajetória laboral de Noémia que agora se atenta. Inicia-se numa fábrica de cerâmica ainda antes dos 16 anos. Corresponde esta não apenas à sua primeira experiência de trabalho, como também à mais longa: doze anos. Desentendimentos com o chefe (homem) tornam “o ambiente muito pesado”, difícil de suportar: “era um homem muito autoritário”. A saída voluntária do trabalho que lhe oferecia estabilidade condu-la à sua primeira experiência de desemprego. Só ao final de um ano consegue a reintegração: emprega-se numa loja de roupas, como vendedora. Nesse compasso de espera, entrega-se ao trabalho agrícola, na esfera informal: “não podia estar parada, tinha uma filha pequena para sustentar, sozinha”. A experiência como vendedora dura oito anos, até à insolvência da loja. Noémia vê-se novamente desempregada, desta vez com uma novidade: o direito ao subsídio de desemprego. A par do subsídio de desemprego, circula incessantemente pela esfera do trabalho informal/clandestino: “agarrava tudo o que me aparecia: agricultura, limpezas industriais, jardinagem, limpezas domésticas...”. O trânsito pelo trabalho informal (tido como ilegal, quando



RELISE

20

conciliado com a prestação social do desemprego) reveste-se de duplo propósito: complementar rendimentos e ativar redes de contactos que venham a favorecer a reintegração no mercado de trabalho regular/formal: “Não dava para sobreviver apenas com o subsídio, sozinha, com uma filha, era impossível... E assim, sempre ia abrindo portas para conseguir mesmo um emprego de verdade”.

Por esta altura, Noémia toma conhecimento da existência de programas estatais — promovidos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) — que incentivam e apoiam pessoas desempregadas a criarem os seus próprios empregos. Decide-se por esta via. Razões de ordem bem pragmática sustentam esta sua decisão: com o apoio financeiro do Estado criará uma empresa que para além de se constituir como uma alternativa ao desemprego se lhe afigura uma oportunidade de romper antecipadamente com a instabilidade laboral que adivinha para o futuro.

Eu sabia que só com o 6º ano ia ser muito difícil alguém me dar um trabalho estável. E depois uma pessoa com 40 anos já é considerada velha para trabalhar. Pensei: ‘o melhor é aproveitar os apoios do [Estado] para criar uma coisa minha, que me dê um futuro’.

E a narrativa prossegue colocando em evidência o receio onnipresente da dependência face à família de origem: “Tinha mesmo que fazer pela vida. Pedir ajuda à minha família estava fora de questão”. A racionalidade da sua opção pelo empreendedorismo está ainda ancorada na perceção de oportunidades convergentes. Aquando do último período de trabalho na esfera informal, tomara contacto com as limpezas industriais, que lhe parecera “muito rentável”. Para além da perspectiva de rentabilidade, a criação de uma empresa nesta área reunia outras vantagens: “Tinha que comprar algumas máquinas, mas nada muito caro. E como já tinha trabalhado na área, já tinha experiência e contactos”. Levando ainda mais longe o seu pragmatismo, opta por desempenhar duas atividades, considerando que tal estratégia diminuirá o risco



RELISE

21

da inviabilidade da sua empresa. Assim lhe surge a ideia de conciliar as limpezas industriais com a jardinagem.

Ideias ponderadas, decisões tomadas. Noémia transita da condição de desempregada para a condição de empresária. Questionada sobre esta sua transição, especificamente sobre os eventuais constrangimentos iniciais, remete-se para um passado que ainda se consome: “Senti-os e nunca deixei de sentir. Ainda os sinto... e de que maneira!”. Nunca deixando de reconhecer a importância do apoio financeiro do Estado Social (através do IEFP), é precisamente neste que se concentra para falar das primeiras dificuldades e das primeiras estratégias ativadas para as contornar. Impelida pelo guião de entrevista, antecipo-me à sua narrativa, perguntando-lhe se se está a referir a dificuldades com a conceção do projeto exigido no âmbito do processo de candidatura. Responde que não. Recebeu o apoio de um contabilista, que lhe tratou de todos os procedimentos inerentes, incluindo a conceção do plano empresarial. Porquê?

Quando olhei para os formulários percebi que ia ter muitas dificuldades. Aquilo era chinês... muitos nomes, muitas palavras que eu nem sabia o que queriam dizer. Preferi arranjar alguém para tratar de tudo... Assim não tive problemas com essa burocracia.

Noémia não identifica a ausência de envolvimento no processo de candidatura ao programa do IEFP como um problema, no entanto facilmente se percebe ser este um elemento-chave para a compreensão do constrangimento que apresenta logo em seguida. Com efeito, ao encarar os procedimentos exigidos no âmbito da candidatura ao programa estatal como meras formalidades que poderia delegar a outrem, ela terá negligenciado o planeamento da sua empresa. Assim se explica que apenas *a posteriori*, aprovada a candidatura e iniciada a atividade, descubra uma discrepância entre recursos financeiros disponíveis e recursos financeiros efetivamente necessários, que a leva à ativação de uma estratégia inesperada e reconhecida



RELISE

22

como constrangedora: a contração de um empréstimo bancário: “Acabei por ter que pedir ao banco um crédito de 2500 euros e dar a minha casa como garantia. Começar com uma dívida ao banco foi muito mau para mim”.

Ainda a propósito dos primeiros tempos de vida da empresa, ela enuncia um outro constrangimento de ordem financeira, evidenciando o modo de funcionamento paradoxal do programa estatal que a incentivou a tornar-se empresária:

Se uma pessoa está desempregada e pede ajuda ao Estado para criar uma empresa, então não é óbvio que não tem dinheiro para investir? [O Estado] só me deu o dinheiro quando provei que tinha gasto esse dinheiro. O apoio só vem no fim de ter-se investido.

Informa, em seguida, sobre a estratégia ativada para superar esse constrangimento, fazendo sobressair, desta feita, a importância da rede informal de contactos, estabelecida aquando da fase em que a necessidade e o pragmatismo a levam a romper com as normas formalmente instituídas, conciliando o subsídio de desemprego com o exercício de pequenos trabalhos informais. Entre o lógico e o ilógico, o formal e o informal, as normas e os seus desvios, a narrativa de Noémia transporta-nos para o jogo antagónico de racionalidades, no caso, entre a racionalidade burocrática institucional, fomentadora de vulnerabilidade, e a racionalidade individual, projetada para a emancipação:

Valeu ter conhecido fornecedores quando fazia os [trabalhitos] nas limpezas. Consegui comprar as coisas, que passassem as faturas, e pagar só quando veio o dinheiro. Houve pessoas que me venderam e faturaram e esperaram que viesse o subsídio do Estado.

Desviando-se, por momentos, do tópico dos constrangimentos, Noémia alude ao quadro aparentemente favorável com que iniciou a sua atividade. Apesar de todas as dificuldades, nutria-se, nessa fase inaugural, de expectativas elevadas:

Quando iniciei, tinha duas empresas de construção civil [como clientes]. Uma ia-me garantir serviço de limpezas industriais



RELISE

23

[diariamente]. Consegui esses contactos quando estava no desemprego e andava a trabalhar [ilegalmente].

Expectativas elevadas, expectativas debeladas. No início, o volume de trabalho é grande, tão grande, diz, “que não parava tempo nenhum e até tinha que chamar pessoas de fora para ajudar”. A realidade não tarda, porém, a revelar-se bem difícil: “O construtor que me tinha prometido muito trabalho, no início, era o melhor cliente e depois foi o pior, porque começou a não me pagar nada”. O enfoque na atividade das limpezas industriais deixa de fazer sentido quando constata que as dificuldades não se ligam apenas às cobranças difíceis, mas a uma crise conjuntural no sector da construção civil. Decide-se pelo acionamento do seu “plano B”: direciona-se para a jardinagem. A reorientação estratégica não produz, todavia, os efeitos esperados. As dificuldades financeiras persistem. Progressivamente, vão-se mesmo agravando. A razão das dificuldades?

É a discriminação por ser mulher. Tenho dificuldade em conseguir clientes por ser uma patroa jardineira. Eu atrevi-me numa atividade que já foi muito masculina. Apesar de agora se ver mulheres a trabalhar em jardins, mas não como patroas... Se não fosse mulher era muito mais fácil ser chamada. As pessoas ainda veem serviços de homem e serviços de mulher. Não conseguem ver que tanto um homem como uma mulher conseguem fazer [todos os] serviços.

E narra, logo em seguida, algumas das situações de discriminação que mais a marcaram:

E já aconteceu que uma vez eu esta a cortar uma sebe e [a proprietária] disse que não queria uma mulher a cortar sebes. Açam que cortar sebes é serviço de homem. Teve que ser um colega meu que andava comigo nesse dia. E ele ainda me defendeu: ‘olhe que ela trabalha por conta própria em jardins, ela sabe!’... E ela: ‘Eu não quero uma mulher a cortar sebes!’ Então, eu tive que deixar o que estava a fazer, e fui fazer outra coisa.

Tenho sido alvo de muitas brincadeiras... Já cheguei a ir a clientes [homens], mais do que uma vez, e por vezes não há orçamento nenhum para fazer. Quer dizer, eles não têm ideias de me dar trabalho, só me querem é ver lá. *Pergunta (P): Isso acontece por terem curiosidade de ver uma mulher nesta área?*



RELISE

24

É, é, é! Por vezes, os empreiteiros e isso..., e até mesmo particulares... Já me aconteceu um cliente, que de vez em quando ele chamava-me para fazer o orçamento e, na verdade, não queria dar-me trabalho. Nunca chegou a dar. Tinha só vontade de me chatear e fazer-me perder tempo.

Oportunidade de trabalhar equivale a oportunidade de desfazer o preconceito. Em geral, não é com publicidade que conquista clientela. O recrutamento faz-se quando potenciais clientes atestam *in loco* a sua proficiência enquanto jardineira. Diz Noémia que quem lhe dá oportunidade de trabalho reconhece a sua elevada qualidade, considerando-o distintivo num mercado de enorme concorrência.

“Eu sei que trabalho muito bem. Quem conhece o meu trabalho, diz-me isso. Já tive um serviço que tenho outra vez... Na altura deixei de [o] ter, porque aquilo é um Condomínio e numa reunião foram apresentados orçamentos de outras empresas... E então houve quem apresentasse menos de metade do valor que eu fazia. Perdi o serviço. Passado um tempo, soube que não estavam contentes e que iam voltar a chamar-me. E chamaram [e] disseram que me pagavam o preço que eu pedia. Quando voltei só faltava pegarem-me ao colo.

E como se tem refletido o empreendedorismo de Noémia na sua emancipação? Ao questioná-la de forma mais concreta, interpelando-a sobre os impactos da condição de empresária nas várias esferas da sua vida, remete-se de imediato para a esfera financeira, explicando estar a viver uma fase muito difícil, sem precedentes na sua biografia. A narrativa não transporta, porém, dramatismo ou fatalismo. Refere-se a uma torrente de dificuldades sem fazer desvanecer o tom otimista e assertivo com que sempre fala do seu projeto de empreendedorismo.

Ao nível económico a minha vida piorou muito. Tive meses de não faturar. Vivo com muitas dificuldades. Dos 2500 euros que tinha pedido ao banco... comecei a pagar, mas... paguei meia dúzia de tostões e depois deixei de pagar. Acumularam-se estes três anos de juros. Devo muito mais, é óbvio. A minha casa já esteve penhorada, agora não está. Por vezes eu não sei de onde é que vem [o dinheiro]. As coisas estão difíceis, mas eu sei que vou conseguir ultrapassar.



RELISE

25

Aspirando à linearidade do percurso de construção da sua autonomia, Noémia sentenciara ultrapassar as dificuldades solitariamente, arredando do horizonte o apoio dos irmãos. A este seu projeto de emancipação se interpõem, todavia, dificuldades de elevada monta, muito além das prospetadas. Assim, numa situação limite, quando o incumprimento com o crédito bancário a coloca em risco de perder a casa, acaba por desviar-se dos planos iniciais, optando por solicitar a ajuda financeira dos irmãos. É interessante notar, ao nível da narrativa, que o reequacionamento da sua decisão inicial, orientada para o afastamento deste recurso, apareça ligado à experiência (repetida) da exclusão familiar. Estando a ser excluída pelos irmãos da herança da mãe e do pai, a ajuda requerida é percecionada como legítima, uma forma de compensação, a possível, pela injustiça sentida. Esta percepção reveste-se, pois, de grande importância simbólica, na medida em que lhe permite uma resignificação do pedido de ajuda:

Nunca tive apoio da minha família. Agora, quando me viram com esta dificuldade da dívida, perguntaram-me porque é que eu não desistia [da empresa] e ia procurar emprego. E eu disse: 'Vou conseguir!'

Entrevistadora: Pediu-lhes ajuda?

Em desespero, sim... E como eles têm ficado com tudo [da minha mãe e do meu pai] era justo que me ajudassem. O meu pai tinha muitos bens, além de ter dinheiro no banco, dinheiro que eu já não vou conseguir porque está em nome deles. Como homens, juntaram-se e estão-me a excluir. Por isso, digo: se me emprestassem o dinheiro não faziam mais do que o dever deles...

Como resposta, Noémia recebe repreensão, desencorajamento e uma proposta que classifica como oportunista. Recusa-a, sem hesitar: "a proposta dos meus irmãos era eu pôr a minha casa em nome deles eu disse-lhes que por causa de [um empréstimo de] três mil euros, não [lhes ia] dar a minha casa". Encara a reação dos irmãos como uma perpetuação da relação de poder antiga, cimentada na discriminação sexual. Ao seu impulso empreendedor, os irmãos reagem negativamente, indiciando sentimentos de descrença, desconfiança, inveja e medo.



RELISE

26

Eles querem continuar a mandar em mim, a achar que eu sou inferior a eles e a ter medo que eu suba mais do que eles. Sempre quiseram ser eles a mandar, sempre sentiram inveja de eu ter... E agora sentem ao nível de eu trabalhar por conta própria. Quase todos trabalham por conta própria e os que não trabalham, já trabalharam. Os que desistiram foi porque não foram capazes. E então, também achavam que eu não podia subir.

Diante das dificuldades, Noémia dispõe-se a “deitar mãos” a toda a oportunidade de trabalho informal. Prefere adiar a possibilidade de se dedicar exclusivamente ao seu projeto de empreendedorismo a ter de se desfazer dele em definitivo. É com esta estratégia de trabalho paralelo que consegue solucionar o problema da hipoteca da casa. Reveste-se esta superação de elevado simbolismo: “Os meus irmãos não me quiseram ajudar e eu acabei por conseguir”.

Mas ela não está sozinha. Das múltiplas experiências de trabalho que marcaram a sua trajetória laboral, sobretudo na esfera informal, resultou uma rede de amigos/as que, percebendo a sua situação, se prontificam a ajudá-la. Essas ajudas têm chegado espontaneamente e têm-se traduzido, essencialmente, na dádiva de bens alimentares, vestuário e convites para refeições. “Ajudas preciosas”, sublinha; que, a par dos pequenos trabalhos informais, lhe permitem perseverar na manutenção da sua pequena empresa. Com a filha não pode contar, pois também ela se encontra em situação de vulnerabilidade económica em virtude da instabilidade laboral que enfrenta. A ajuda é, aliás, no sentido inverso: “eu mesmo sem condições é que ainda [a] ajudo”.

Se das redes de amizade tem granjeado ajuda catalisadora, já da parte da rede local de vizinhança Noémia tem percebido atitudes hostis, que, na sua interpretação, traduzem “sentimentos de inveja”. Acrescento: que traduzem, porventura, uma forma de reconhecimento e visibilização social. E é a própria



RELISE

27

Noémia quem clareia esta ideia no final do extrato da narrativa que a seguir se transcreve:

Comecei a notar que alguns vizinhos me olham de lado, com alguma agressividade até. Passei a ser invejada por ter o meu próprio negócio... Não sabem as dificuldades que eu tenho, porque se soubessem... [Risos]. Quando estava desempregada, não me ligavam importância, muita gente se calhar nem sabia que eu existia. Agora, com o negócio, percebem que existo e sentem inveja.

Tendo em conta todas as dificuldades, como encara o futuro da empresa? Noémia convoca, então, o argumento do “tempo” para justificar a decisão de manter a empresa, não obstante as adversidades, incluindo a perda de independência económica. Acredita que é “dando tempo” à empresa que conseguirá superar a discriminação sexual: “acredito que com tempo, as coisas vão mudar, que vou conseguir provar que as mulheres podem ser boas jardineiras, até melhores do que muitos homens”. Potencialidades? Muitas. Tece, então, o argumento da “vencedora”, manifestando confiança em si própria, nas suas capacidades, nas suas decisões.

Se há coisa que a minha empresa me tem mostrado é que sou capaz. Acredito que tenho muitas condições para levar a minha empresa para a frente... Eu nasci para vencer, mesmo contra tudo e todos. Não está fácil, mas quero mesmo continuar.

De onde vem toda essa força? – questiono-a já mesmo em jeito de conclusão. E Noémia termina assim a sua narrativa:

Vem da vida difícil que tenho tido. E esta experiência com [a empresa] tem sido importante. Pode ficar admirada, mas apesar das coisas não estarem a correr bem, sinto-me uma vencedora. Consegui, montei uma empresa sozinha e sinto-me muito capaz. E quem me dá trabalho, sabe dar-me valor. Acredito em mim! E depois é a necessidade. Preciso mesmo disto para o meu futuro e também para ajudar a minha filha... Não quero voltar a depender de ninguém, sobretudo dos meus irmãos que aproveitam logo para mandar na minha vida.



RELISE

28

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A NÃO LINEARIDADE DO POTENCIAL EMANCIPATÓRIO DO EMPREENDEDORISMO FEMININO

A narração de si mesma/o, sustenta Paul Ricoeur, “é uma colocação em narrativa da realidade, um ordenamento de acontecimentos, que permite torná-los legíveis e dar sentido à ação” (RICOEUR, 1991, *apud* KAUFMANN, 2004, p. 131). Representando esta lógica aberta e dinâmica, a narrativa de Noémia oferece-nos uma viagem biográfica, uma visita a sucessivos e encadeados acontecimentos da sua vida, que nos possibilita, em última análise, uma compreensão mais ampla e profunda sobre o sentido e o significado da sua ação empreendedora. Com efeito, atentando na sua biografia, percebe-se que esta sua ação se inscreve (e se torna inteligível) num percurso de construção de emancipação que vem sendo trilhado desde cedo e que o seu significado está longe de se reduzir à resolução de um problema conjuntural de desemprego.

A inteligibilidade da ação empreendedora de Noémia acha-se, desde logo — e, porventura, sobretudo —, na análise da sua trajetória familiar, marcada, como se viu, por um contexto de dominação patriarcal cujo exercício não se faz meramente por vias subtis, ocultas e silenciosas, indo, pois, além da violência simbólica conceptualizada por Bourdieu (1999). Essa dominação faz-se, como se viu, através de formas de violência bem visíveis, explícitas, alicerçadas numa discriminação que produz impactos imediatos e fraturantes na sua trajetória.

Apesar do contexto de subjugação que marca tão fortemente os primeiros anos da sua vida, Noémia não parece, todavia, ter internalizado uma condição feminina de subalternidade. Adota, ao invés, uma postura de insubmissão à cultura patriarcal, que reconhecerá, entretanto, noutros lugares da vida. A sua história é, então, a história de alguém que escolhe um caminho de emancipação, desconstruindo as ideias de naturalização e fatalismo da



RELISE

29

dominação masculina, desde cedo lhe impostas. Noémia desfaz o mito, ainda muito presente nas sociedades contemporâneas, de que as mulheres quando submetidas a injustiças se definem como vítimas e se conformam a essa vitimização (HENRIQUES, 2010; TOURAINE, 2006). Noémia não assume o papel de vítima. Assume, sim, o papel de uma mulher voltada para a construção de si (KAUFMANN, 2004), para a sua afirmação como agente livre e responsável pelo seu percurso, de uma mulher que, apesar de toda uma estrutura que a impele nesse sentido, se recusa a ser uma “fabricação do poder masculino” (TOURAINE, 2006, p. 69).

Da leitura da narrativa apreende-se que o projeto de emancipação de Noémia se encontra profundamente ancorado num projeto de independência económica, daí decorrendo a compreensão do papel vital que o trabalho ocupa na sua biografia — senão pela via regular, pela via informal, desviando-se das normas formalmente instituídas. É a independência económica, com efeito, que lhe permite autonomizar-se pela primeira vez do controlo da família, quando esta a procura impedir de se libertar de um casamento disruptivo. A decisão de fazer valer pela primeira vez a sua vontade constitui-se como um momento de libertação que marca, inequivocamente, o início do seu projeto de emancipação. Compreendendo o valor da independência económica na construção da sua autonomia — o mesmo é dizer, na capacidade de ditar as regras da sua própria vida (CHALLAND, 2001) —, Noémia procurará, doravante, afastar o recurso ao apoio da família, mesmo em momentos de grande vulnerabilidade, que se repetirão ao longo da sua biografia. Conforme aduz Claude Martim (1996), a dívida familiar faz-se acompanhar por um “direito de intromissão” que choca com os princípios de autonomia.

À vulnerabilidade associada ao facto de constituir uma família monoparental, à vulnerabilidade associada à desproteção de redes familiares, Noémia verá acrescer a vulnerabilidade laboral. É interessante notar que este



RELISE

30

ciclo de vulnerabilidade se inicia, uma vez mais, pela sua resistência à dominação masculina: entre a perda de um emprego que lhe oferece estabilidade e a submissão a um chefe autoritário, opta, voluntariamente, pela primeira alternativa. Terminado o ciclo de estabilidade laboral que durara mais de uma década, Noémia não encontra quaisquer facilidades. Durante esta fase, num momento em que a vulnerabilidade se lhe apresenta tríplice — é mulher, detém um nível de escolaridade baixo e sente o peso social da idade próxima dos 40 anos —, ela teme particularmente pelo seu futuro. Tomando conhecimento dos apoios estatais dirigidos ao autoemprego, sente-se então impelida para o empreendedorismo.

Desprovida dos recursos materiais necessários para o encetar do seu projeto, o apoio financeiro do Estado Social revela-se decisivo. Este é um ponto crucial em que a história de Noémia se cruza com a de outras mulheres entrevistadas no âmbito do anteriormente referido EAPMP (NOGUEIRA, 2009; PORTELA et al., 2008). De facto, tal como Noémia, a maioria dessas mulheres faz sobressair a importância fulcral dos incentivos estatais — condição *sine qua non* à sua entrada na esfera empresarial —, considerando-os como contraponto aos desincentivos que, de um modo geral, receberam da família, particularmente da parte dos homens da família. O Estado Social, com a perspetiva dos seus apoios, vem permitir a estas mulheres, numa fase inicial (a do arranque), isentá-las da necessidade de recorrer ao apoio financeiro da família, favorecendo-lhes, assim, autonomia face ao controlo inibidor e constrangedor implícito nos seus pareceres desfavoráveis. Ganha-se esta autonomia à custa da dependência institucional, é certo, mas é esta uma dependência que se lhes afigura suave, leve, porque distante, abstrata e impessoal (CHALLAND, 2001).

A confiança depositada nos apoios estatais não tarda, porém, no caso de Noémia — como no caso de outras mulheres entrevistadas no âmbito do



RELISE

31

EAPMP (NOGUEIRA, 2009; PORTELA et al., 2008) – a revelar o seu lado contraproducente. Em virtude dos inúmeros paradoxos, debilidades e lacunas no modo de funcionamento das suas políticas⁸, o mesmo Estado Social que incentiva a emancipação feminina por via de políticas de apoio ao empreendedorismo, acaba por promover um aprofundamento da vulnerabilidade que pretendia ver combatida, arrastando estas mulheres para novas e/ou antigas dependências que comprometem dramaticamente a condução autónoma das suas empresas e das suas vidas em geral.

A narrativa de Noémia dá conta dos limites do empreendedorismo feminino e da importância da desconstrução de uma visão linear e retórica, crescentemente em voga, que o vê como veículo virtuoso de emancipação. Da narrativa não resulta a negação do seu potencial emancipatório, o que decorre, sim, com bastante clareza, é a conclusão de que a construção da emancipação feminina por via do empreendedorismo se encontra refém de uma estrutura social ainda muito dominada pela cultura patriarcal, a qual, ora sob formas mais subtis, ora mais manifestas, se reflete em relações assimétricas de poder e, portanto, em oportunidades muito desiguais entre homens e mulheres. Constituindo-se como importante recurso, a capacidade agencial de mulheres como Noémia parece não bastar, não ser suficiente para diluir o peso de uma estrutura social que lhes é particularmente hostil, tanto mais quanto se “atrevam” a romper com estereótipos e preconceitos sociais, adentrando-se em territórios tidos como masculinos.

⁸ Entre os principais paradoxos, lacunas e debilidades que caracterizam o modo de funcionamento destas políticas, destacam-se: ausência de uma verdadeira avaliação da vocação e competências para o empreendedorismo; insuficiência dos apoios financeiros (invariavelmente considerados muito baixos para as reais necessidades das (empresas); atrasos e descoincidências na concessão dos subsídios; ausência de acompanhamento técnico dos projetos; ausência de encaminhamento para ações formativas em áreas que potenciam a capacidade empreendedora (por exemplo, área da gestão) (NOGUEIRA, 2009; PORTELA et al., 2008).



RELISE

32

Entre as várias singularidades de Noémia, consta o seu duplo “atrevimento”: “atreveu-se” a entrar no masculinizado mundo empresarial e “atreveu-se” a trabalhar numa atividade tradicionalmente tida como masculina. Esta “ousadia” condu-la, como se viu, a desafios acrescidos na viabilização da sua pequena empresa, constituindo, aliás, à data da entrevista, o obstáculo que ela identifica como o mais problemático e de mais difícil superação. A situação em que Noémia se encontra quando a entrevisto é, de facto, de grande vulnerabilidade. Analisando o potencial emancipatório do empreendedorismo de Noémia a partir da dimensão da independência – ou seja, da capacidade de autossustentância material (CHALLAND, 2001) –, verificamos que a sua ação empreendedora a conduziu a uma perda de capacidade de sustentância sem precedentes na sua biografia. Surpreendentemente, essa perda de independência não a impede de perseverar com a sua empresa. Temos, pois, que Noémia, pese embora todas as adversidades, consegue conservar um certo grau de autonomia – ou seja, de capacidade de agir livremente (CHALLAND, 2001) –, que lhe permite não recuar naquele que, apesar de tudo, continua a reconhecer como um projeto de emancipação.

Não é nem na família — de quem procura emancipar-se —, nem no Estado Social — que muito contribuiu, aliás, para a sua situação de falta de independência — que Noémia vai encontrar a sustentação dessa liberdade de ação. Paradoxalmente, ela vai achar o seu maior suporte na esfera informal de trabalho; esfera que a racionalidade burocrática-institucional do Estado tanto procura combater. A informalidade desde sempre se lhe revelou o seu último reduto, a única fonte de sobrevivência, seja através das redes de conhecimento e amizades construídas nos seus anteriores trabalhos, seja através dos trabalhos informais (ou clandestinos) que desempenha paralelamente à sua atividade empresarial. É a dependência relativamente a esta esfera que



RELISE

33

favorece, com efeito, a sua relativa autonomia. Diria Sennet (2004), é no desrespeito burocrático que Noémia descobre as condições para a sua persistência.

E porquê persistir? Um olhar superficial sobre a história de Noémia sentir-se-ia tentado a considerar a sua persistência como ilógica e paradoxal. Mergulhando, porém, como aqui se fez, na totalidade da sua narrativa biográfica facilmente se compreende a racionalidade da sua perseverança. Não lhe oferecendo o presente uma melhor alternativa, vislumbrando um futuro sem horizontes, pairando sobre ela o receio onnipresente do recuo a um passado de subjugação, porque não manter o seu projeto de empreendedorismo/emancipação em aberto?

O alcance da racionalidade de Noémia será tanto maior quanto atentarmos nos reais e potenciais ganhos imateriais da sua ação empreendedora. Com efeito, ela mostra claramente como é redutor olhar para o potencial emancipatório do empreendedorismo feminino apenas à luz da independência, ou seja, à luz das conquistas materiais. A sua narrativa transporta-nos para a importância do empreendedorismo a um nível mais subjetivo, ao nível do processo identitário, da construção de si como pessoa mais autónoma, mais autoconfiante, mais consciente das suas capacidades e potencialidades. Finalmente, no que respeita aos ganhos não materiais, a narrativa de Noémia transporta-nos, ainda, para a importância de que se reveste o empreendedorismo ao nível da visibilização da existência social das mulheres. Em Noémia esta dimensão está bem traduzida quer no crescente reconhecimento público da sua proficiência profissional – contrariando as expectativas sociais –, quer na “inveja” manifestada pelos seus irmãos e pelos seus vizinhos. Noémia está, no fundo, a *fazer cultura*, contribuindo para a tão urgente mudança de consciências.



RELISE

34

A visão positiva sobre os ganhos imateriais do empreendedorismo não deve, todavia, conduzir-nos a uma visão ingênua ou romantizada sobre o mesmo. A narrativa de Noémia deixa isso bem claro. Escutá-la constitui-se, no fundo, como um exercício de recapitulação de uma lição que sendo antiga se faz atual: apesar do longo caminho percorrido no sentido da igualdade de género, passos largos ainda têm de ser dados para que histórias como a sua deixem de ter lugar⁹.

REFERÊNCIAS

AHL, H. Why research on women entrepreneurs needs new directions. *IN: Entrepreneurship: Theory & Practice*, v. 30, n. 5, p. 595-621, 2006.

ARAI, A. B. Self-employment as a response to the double day for women and men in Canada. *IN: The Canadian Review of Sociology and Anthropology*, v. 37, n. 2, p. 125-142, 2000.

BOURDIEU, P. A Dominação Masculina. Oeiras: Celta Editora, 1999.

BRUNI, A., GHERARDI, S., & POGGIO, B. Gender and Entrepreneurship, an Ethnographical Approach. New York: Routledge, 2005.

⁹ *Informações póstumas*: Conforme referido na introdução deste artigo, através da filha de Noémia – Rita –, foi-me dada a oportunidade de conhecer a continuidade desta história. Rita conta que a perseverança da mãe veio, efetivamente, a dar frutos. Tal como projetara, com o fator “tempo”, a visibilização e o reconhecimento do seu exímio trabalho acabam por acontecer, chegando ao ponto de conquistar uma “carteira de clientes fiéis” que lhe vem permitir viver o seu projeto de empreendedorismo de forma muito mais satisfatória e gratificante, particularmente ao nível financeiro. Foi este, todavia, um percurso muito difícil, conquistado à custa de pesados sacrifícios, altamente comprometedores da sua saúde física – aliás, nunca se chegou a apurar as reais razões do seu súbito falecimento. Em 2012, quando a sua vida é subitamente interrompida, a empresa estava a revelar-se de tal forma próspera que Rita – cuja trajetória profissional sempre havia sido caracterizada por uma enorme precariedade – decide dar-lhe continuidade. O projeto de empreendedorismo de Noémia é então eternizado pelas mãos da filha, que nele tem agora a sua fonte de subsistência e, mais do que isso, uma vida nova, em rutura com um ciclo de enorme instabilidade laboral. A promessa de emancipação que Noémia identificava no empreendedorismo transita, pois, para a sua filha, cumprindo-se assim um dos grandes propósitos da sua vida.



RELISE

35

CASACA, S., & PERISTA, H. Como explicar o persistente diferencial salarial em desfavor das mulheres? Um contributo com base nas dinâmicas laborais recentes em Portugal. *IN: SOCIUS/CSG Working Papers*, n. 1, p. 1-17. 2017. Disponível em <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/14420>. Acesso em 14 jan. 2019.

CHALAND, K. Pour un usage sociologique de la double généalogie philosophique de l'individualisme. *IN: Singly, F. (Orgs). Être Soi d'un Age à l'Autre. Famille et individualisation, tome 2*. Paris: L'Harmattan, 2001.

COELHO, L. Mulheres, família e mercado de trabalho: Que desafios à regulação das economias pós-industriais? *IN: Oficina do CES*, n. 205. Coimbra: CES, 2004.

DAVIDSON, M. J., & BURKE, R. J. Women in management worldwide: facts, figures and analysis – an overview. *IN: Davidson, M., & Burke, R. (Orgs.). Women in Management Worldwide: Facts, Figures and Analysis*. London: Ashgate Publishing Limited, p. 1-15, 2004.

DAVIES-NETZLEY, S. *Gendered Capital Entrepreneurial Women in American Society*. New York: Garland Publishing, 2000.

DELORY-MOMBERGER, C. *La Condition Biographique – Essais Sur Le Récit De Soi Dans La Modernité Avancée*. Paris: Téraèdre, 2009.

EDWARDS, R., & HOLLAND, J. *What is qualitative interviewing?* London: Bloomsbury, 2013.

FERREIRA, V. Os paradoxos da situação das mulheres em Portugal. *IN: Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 52/53, p.199-227, 1999.

GIUST, A. Entrevista. *IN: Michel-Barus, J., Enriquez, E., & Lévy, A. (Orgs.). Dicionário de Psicosociologia*. Lisboa: Climepsi Editores, 2005.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. *Global Report 2016/2017*. 2017. Disponível em <http://www.gemconsortium.org/report/49812>. Acesso em 27 jan. 2019.

GUERREIRO, M. D. *Famílias na Atividade Empresarial*. Oeiras: Celta Editora, 1996.



RELISE

36

HENRIQUES, F. Conceções filosóficas e representações do feminino: Subsídios para uma hermenêutica crítica da tradição filosófica. *IN: Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 89, p. 11-28, 2010.

HESPANHA, P. Políticas Sociais: novas abordagens, novos desafios. *Revista de Ciências Sociais*, v. 39, n. 1, p. 5-15, 2008.

HESPANHA, P., & CALEIRAS, J. O labirinto das políticas de emprego. *IN: Cadernos do Observatório*, n. 10, p. 5-62. 2017.

HESPANHA, P., & MATOS, A. Compulsão ao trabalho ou emancipação pelo trabalho? Para um debate sobre as políticas ativas de emprego. *IN: Economia e Prospectiva*, n. 11, pp. 129-141, 2000.

HESSE-BIBER, S., & LEAVY, P. *The Practice of Qualitative Research*. London: Sage, 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). Trabalhar no feminino. Destaque – informação à Comunicação Social, 2013. Disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUE_Sdest_boui=154532260&DESTAQUESmodo=2. Acesso em 24 jan. 2019.

KAUFMANN, J-C. *A invenção de Si. Uma teoria da identidade*. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

LINDO, M. R., CARDOSO, P. M., RODRIGUES, M. E., & WETZEL, U. Vida pessoal e vida profissional: os desafios de equilíbrio para mulheres empreendedoras do Rio de Janeiro. *IN: Revista de Administração Contemporânea*, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2007.

LOPES, M. Empreendedorismo. *IN: Centro de Estudos Sociais (Org.). Dicionário das Crises e das Alternativas*. Coimbra: Almedina, p. 86-87, 2012.

MARTIN, C. Solidarités familiales: débat scientifique, enjeu politique. *IN: KAUFMANN, J-C. Faire ou faire-faire? Familles et services*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, p. 55-73, 1996.

NOGUEIRA, CLÁUDIA. Entre o ideal emancipatório e a realidade da exclusão: potencialidades, limites e paradoxos do empreendedorismo feminino. *IN: NETO, H. V. & COELHO, S. L. (Org.), Proceedings Cive Morum International Congress*. Vila do Conde: Civeri Publishing, 2013.



RELISE

37

NOGUEIRA, CLÁUDIA. "Microcrédito", *Dicionário das Crises e das Alternativas*. Coimbra/Lisboa: Almedina-CES, 2012.

NOGUEIRA, CLÁUDIA. Mulheres com Negócios. Contributos para uma avaliação do potencial emancipatório do empreendedorismo feminino. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009.

NOGUEIRA, CONCEIÇÃO. As mulheres na liderança. Números, ambiguidades e dificuldades. *IN*: Pinto, T. *et al.* (Orgs.). Guião de Educação. Género e Cidadania. 3º ciclo. Lisboa, CIG, pp. 103-114, 2010. Disponível em https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2016/07/3Ciclo_Versao_Digital_FinalR.pdf. Acesso em 26 Jan. 2019.

PATTERSON, N., & MARVIN, S. Women Entrepreneurs: Jumping the Corporate Ship and Gaining New Wings? *IN*: The International Small Business Journal, v. 27, n. 2, p. 173-192, 2009.

PORTELA, J., HESPANHA, P., NOGUEIRA, C., TEIXEIRA, M., & BAPTISTA, A. Microempreendedorismo em Portugal: Experiências e perspectivas. Lisboa, INSCOOP, 2008.

PORTUGAL, S. Novas Famílias, Modos Antigos. As redes sociais na produção de bem-estar. Dissertação (Doutorado em Sociologia), Universidade de Coimbra, Coimbra, 2006.

PORTUGAL, S. (2008). As mulheres e a produção de bem-estar em Portugal. *IN*: Oficina do CES, n. 319, p. 1-40.

RAJANI, N., & SARADA, D. Women Entrepreneurship and Support Systems. *Studies on Home and Community Science*, v. 2, n. 2, p. 107-112, 2008.

RICOEUR, P. *Temps et Récit*. Paris: Seuil, 1991.

SENNETT, R. *Respeito*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

TOURAINÉ, A. *O Mundo das Mulheres*. Lisboa: Instituto Piaget, 2006.

YUNUS, M. *O Banqueiro dos Pobres*. São Paulo: Editora Ática, 2001.